

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O ANO DE 2014.

Aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às nove horas, no plenário da Câmara Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, atendendo à convocação do Presidente da Câmara Municipal de Mandaguaçu, através do comunicado publicado no Órgão Oficial do Município aos nove dias do corrente mês, em atendimento ao contido na Lei Complementar 101/00, reuniram em audiência pública a população do Município, representada pelos diversos segmentos da sociedade, conselho tutelar, vereadores e membros do Poder Executivo, conforme lista de presença anexa, com o objetivo de discutir o Projeto de Lei número 11/2013, de autoria do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária anual para o exercício de 2014. Fica registrada a ausência dos representantes do Ministério Público da Comarca, do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e do Prefeito Municipal. Coordenando os trabalhos, o senhor Gustavo Henrique Saes, presidente da Câmara Municipal abriu a audiência pública, saudando os presentes e agradecendo a presença de todos. Na seqüência, fez uma explanação sobre o projeto de lei em pauta e seus anexos, ressaltando que o mesmo já foi objeto de audiência anteriormente convocada pelo Executivo Municipal, afirmando ainda que com base nas diretrizes orçamentárias ora em discussão será possível a elaboração de uma proposta orçamentária para 2014 dentro da realidade do Município, possibilitando desta forma o cumprimento de todas as metas que serão inseridas no Plano Plurianual, a ser encaminhado à Câmara Municipal no mês de agosto do corrente ano, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, mesmo porque o Município só pode gastar aquilo que arrecada, ou seja, usar o dinheiro público naquilo que a população anseia. Em seguida passou a palavra para o Contador da Prefeitura Municipal, o qual falou que o orçamento encontra-se em aberto para que possam ser feitas sugestões que atendam as necessidades do município, sobre os valores fixados informou que podem sofrer alterações conforme necessidade e realidade do ano de dois mil e catorze. O Senhor Presidente ofereceu oportunidade para que os vereadores e cidadãos presentes pudessem expressar sua opinião, apresentar críticas, sugestões ou comentários ao projeto que lhes foi exposto. Usou a palavra o Vereador João Ramos Costa, que falou sobre o recurso devolvido no final do ano de dois mil e doze pela Câmara Municipal a Prefeitura e solicitou esclarecimentos do contador sobre sua destinação, que explicou que foi referido recurso está sendo usado conforme as necessidades da Prefeitura, sendo a aquisição do caminhão de coleta de lixo, e reforma deverá ser feita na Câmara Municipal, o elevador de acesso para a Câmara que espera logo seja instalado e da Van que ser destinada ao em principio ao Departamento de Saúde. Fez uso da palavra o Vereador José Roberto Mendes solicitou ao contador que explicasse se referido recurso constava na dotação orçamentária do projeto em discussão, o que respondeu que a dotação consta em conta específica, mas não em valor suficiente para a aquisição do veículo mencionado, mas que isso se deve a necessidade de constar valores para que passem a contar no orçamento, sendo que posteriormente valores de outras contas podem ser remanejados para suprir e complementar o recurso

necessário, argumentando não ser a forma mais adequada e que com o tempo espera que a elaboração do orçamento seja modificada e melhorada, o Vereador José Roberto expressou sua preocupação de que o recurso destinado a aquisição do veículo não seja remanejado para outra finalidade caso o Executivo Municipal entenda como prioritária. Fez uso da palavra o Vereador Eduardo Luiz Goffi Junior questionou o contador sobre rubrica destinada à Procuradoria Jurídica, o contador respondeu que são recursos destinados a manutenção da divisão jurídica. Usou a palavra o Vereador Denilson Donizete Caleran falou sobre remanejamentos que são feitos durante o ano de recurso de um setor para outro, os quais normalmente são apreciados e aprovados pelos vereadores em regime de urgência, sem tempo hábil para analisar o projeto de lei, e pediu a possibilidade de encaminhamento com um tempo maior para que se proceda análise do mesmo, o contador respondeu que está orientando sua assessoria para que tenha um melhor planejamento. O Presidente questionou rubrica destinada ao Departamento de Esportes, o contador explicou que o valor é destinado a manutenção do referido departamento. O Vereador Denilson perguntou se existem recursos previsto para o ano corrente que serão destinados a reforma de Ginásios de Esportes, o contador informou que existe dotação de recursos para adequá-los as exigência de segurança do corpo de bombeiros. O Vereador Jose Roberto discorreu sobre dotação orçamentária para o Departamento de Obras, Viação e Urbanismo que em seu entendimento deveria constar em dotação do Departamento Agropecuário e Meio Ambiente, solicitou que fosse feita uma dotação específica para a reforma ou construção de um novo terminal rodoviário. O Vereador Denilson questionou se é possível incluir no orçamento valores para compra de terrenos destinados a construção de moradias populares, o contador informou que pelo montante desses recursos não é possível constar do orçamento. Usou a palavra a Contadora da Câmara Municipal Micheli Fabiani Molonha discorreu sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias eu que é fundamental a participação dos secretários dos departamentos que sabem das necessidades pertinentes a suas áreas de atuação no município, cabendo a contabilidade levantar as receitas e as distribuir para cada secretária, e que o orçamento ideal é o que equilibre receitas e despesas, destacando que para haver eficiência na administração pública é imprescindível o planejamento orçamentário. O Vereador José Roberto elogiou a argumentação da contadora e ressaltou a importância de haver interação entre os departamentos da prefeitura, para elaboração de um planejamento orçamentário adequado e que evite a necessidade de enviou de projetos de lei de suplementação orçamentária. Não havendo outras manifestações por parte dos presentes, o Senhor Presidente Gustavo Henrique Saes encerrou a audiência pública e determinou a lavratura da presente ata que vai devidamente assinada.

The bottom of the page features several handwritten signatures in blue ink. From left to right, there are approximately six distinct signatures, some of which are partially overlapping or written in a cursive style. The signatures appear to be those of the participants mentioned in the text, including the President and various council members.